

# Réplica

## Inverno quente no calendário da AMP/RS

Prepare a sua agenda. Nos meses de julho e agosto, três importantes eventos deverão ocupar espaço na programação de atividades ligadas à atuação dos membros do Ministério Público. O Congresso Internacional Crack e outras Drogas será realizado de 7 a 9 de julho, no Salão de Atos da UFRGS, em Porto Alegre. O evento, promovido pela AMP/RS em parceria com a UFRGS e apoio da RBS, reunirá autoridades nacionais e internacionais para discutir o tema. O objetivo é fomentar o debate e a troca de ideias entre agentes de diferentes instituições, sempre projetando a formatação e a implantação de políticas de prevenção, tratamento e enfrentamento do problema.

Em agosto, as atenções se voltam para a Serra, onde ocorrem o Congresso Estadual do Ministério Público e o Encontro Nacional dos Promotores do Júri. As duas atividades serão realizadas paralelamente, de 11 a 14 de agosto, no Hotel Serra Azul, em Gramado. Enquanto o primeiro abre espaço para o debate sobre os rumos da instituição do Ministério Público, o segundo analisa as mudanças nos procedimentos do Júri a partir das alterações do Código de Processo Penal.

Confira nesta edição do Réplica dois encartes com todas as informações sobre esses eventos.

### LEIA TAMBÉM:

#### Entrevista César Mattar Jr.

Os planos do novo presidente da Conamp para o biênio 2010-2012 e a visão da entidade de classe sobre os desafios que terá de enfrentar.

Página 9

#### Ibsen Pinheiro



O deputado federal, jornalista e procurador de Justiça aposentado fala sobre sua paixão pelas lutas em defesa dos interesses sociais.

Página 3

#### Democracia interna

Órgão Especial do Colégio de Procuradores irá analisar anteprojeto que faculta a promotores a elegibilidade aos cargos de procurador-geral e subprocurador-geral de Justiça.

Página 2

JULHO

7, 8 e 9



AGOSTO

11 a 14



## Protagonismo consciente

Esta gestão da Associação do Ministério Público tem se pautado pelo protagonismo na proposição de alguns debates importantes para o futuro da sociedade gaúcha e também da própria instituição. Nesse sentido, temos orgulho de, mais uma vez, estarmos à frente da organização de encontros nos quais serão levantadas discussões sobre alguns dos temas mais palpantes do momento: a chaga do crack e de outros tipos de droga, e os rumos e desafios do Ministério Público.

Reduzir os efeitos negativos sobre os grupos nos quais está inserida a sociedade da drogadição é nossa bandeira desde o ano passado. Imbuídos do compromisso de fomentar a busca de conhecimento para a adoção de medidas eficazes para o enfrentamento desse mal, estamos organizando, em parceria com a UFRGS, o Congresso Internacional Crack e outras Drogas. Para este evento, que conta com o apoio da RBS, estamos trazendo especialistas nacionais e

internacionais da área, na esperança de encontrar respostas e soluções para proteger as famílias e a comunidade deste Estado.

Nesta edição do Réplica, queremos compartilhar com os colegas da classe outros assuntos que também merecem atenção, como os esforços para obter a aprovação do reajuste dos subsídios junto à Assembléia Legislativa e uma entrevista com o presidente da Conamp, César Mattar Jr. Boa leitura!

## Democratização interna avança no Órgão Especial

Anteprojeto de lei que permitirá a promotores de Justiça disputar o posto mais alto do MP é encaminhado ao Colégio de Procuradores

A persistência da AMP/RS e de muitos associados na busca da ampliação dos direitos à ocupação de cargos na Administração Superior foi recompensada com um importante fato político. Depois de a Associação levar o pleito da democratização do Ministério Público por mais de uma vez ao debate junto à procuradora-geral, Simone Mariano da Rocha, ela acabou por encaminhar, no final de maio, dois anteprojetos de lei ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Os textos propõem a abertura da disputa ao cargo mais elevado do MP a promotores e a definição do tempo de permanência nos postos da Administração Superior.

A participação dos promotores na eleição para procurador-geral tem sido defendida há muito tempo nos encontros dos membros do MP gaúcho e é uma das bandeiras prioritárias da entidade de classe. Ainda no primeiro semestre de 2009, o presidente Marcelo Dornelles entregou à procuradora-geral ofício solicitando envio de projeto de lei à Assembléia Legislativa. Em uma ampla reportagem, o informativo Réplica de setembro fez um comparativo da situação de todos os Estados brasileiros em relação ao tema, apontando que em dois terços das unidades da Federação já é facultado a promotores de Justiça disputar o cargo de procurador-geral.

Em outubro, a Administração Superior constituiu a Comissão de Estudos de Alterações Legislativas, que teve a tarefa de analisar as propostas. Os anteprojetos formulados pela Comissão foram entregues em 15 de dezembro do ano passado à procuradora-geral. Decorridos mais de cinco meses, o projeto foi encaminhado ao Órgão Especial.

Neste ano, em nova oportunidade, o presidente da AMP retomou o assunto em encontro com Simone Mariano da Rocha. No dia 20 de abril (foto abaixo), Dornelles foi à Procuradoria com o objeti-

vo de formalizar o convite da Associação para que a procuradora-geral prestigie o Congresso Estadual, de 11 a 14 de agosto, em Gramado, e reforçou a expectativa dos colegas da Instituição para que os assuntos ligados à democratização já estivessem resolvidos até o congresso.

Agora, com os anteprojetos remetidos, resta aguardar pelo posicionamento do Órgão Especial e da Procuradoria-Geral de Justiça. A AMP/RS espera que o assunto seja avaliado com celeridade e acredita na chancela desse importante pleito da classe.



Dornelles reforçou a importância do tema junto à procuradora-geral



**EXPEDIENTE**  
**JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (AMP/RS)**  
 Presidente: Marcelo Lemos Dornelles • Vice-presidentes: Mauro Luís Silva de Souza, Mauricio Trevisan, Julia Ilenir Martins e Antonio Carlos Paiva Hornung • Conselho Editorial: Leticia Viterbo Ilges e Nathália Swoboda Calvo • Coordenação: Cristina Bartholomay Oliveira – MTb 7829 (comunicacao@amprs.org.br) • Edição: Claudio Medaglia Júnior Textos: Claudio Medaglia Júnior, Cristina Bartholomay Oliveira e Larissa Amaral • Produção e Execução: Publicato Design Editorial – Rua Mariante, 200 Sala 02 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3013.1330 – Diretora de Criação e Atendimento: Andréa Costa – Diretor Editorial: Vitor Mesquita – Projeto Gráfico e Edição de Arte: Rose Tesche – Tiragem: 1.500 exemplares – Impressão: Ideograf.

# Pré-sal para todos

Com mais de 30 anos de atividade política, Ibsen Pinheiro fala sobre sua trajetória

Um verdadeiro ícone da política e do jornalismo gaúcho esboça uma mudança radical. Aos 74 anos, o deputado federal e procurador de Justiça aposentado Ibsen Pinheiro conclui em 31 de dezembro seu mandato na Câmara Federal e planeja descansar. Concorrer novamente, só em uma possível candidatura ao Senado. A tendência, daqui para a frente, é que ele atue muito mais como um conselheiro, aquela voz experiente a ser consultada pelos pares do PMDB.

Mas antes de encerrar este mandato, Ibsen ainda está imbuído de uma nova luta em sua trajetória política, iniciada há 60 anos, ainda no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Desde o ano passado, esse são-borjense que desde 1978 já ocupou cadeiras na Câmara de Vereadores da Capital e na Câmara Federal, tornou-se sinônimo da luta por uma redistribuição mais justa dos royalties obtidos com a exploração do petróleo extraído na camada do pré-sal. Co-autor da chamada Emenda Ibsen, ganhou a ira dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo e a simpatia das outras 24 unidades da federação.

Casado há 45 anos, Ibsen teve o privilégio de, nas próprias palavras, transformar em meio de vida seus hobbies: política e jornalismo. É neles que se revigora e fortalece, ainda que em prejuízo da família. Se não concorrer ao Senado, o político descansa a partir de 2011, pelo menos oficialmente. Difícil será abandonar a paixão e o impulso que fizeram dele, que já ocupou até mesmo o cargo interino de presidente da República, um dos mais importantes do seu tempo.

**RÉPLICA |** O senhor demonstra muita paixão nessa campanha pela distribuição equânime dos royalties do petróleo da camada do pré-sal. Um político com tão longa e importante trajetória não se cansa de estar no centro de polêmicas fortes como essa?

**IBSEN PINHEIRO |** Até canso, como todo o mundo, mas não desisto, por uma convicção: a mudança, por sua própria natureza, é polêmica, ou não será mu-



Ibsen comanda a batalha pela distribuição equânime dos royalties do pré-sal

dança. Para mudar, precisa-se contrariar interesses, especialmente o dos beneficiários da situação estabelecida. E se for o contrário, não transformar para não contrariar, melhor não participar da vida pública.

**RÉPLICA |** Como surgiu a mobilização em torno deste tema e se construiu o projeto de lei aprovado por ampla maioria na Câmara?

**IBSEN |** Nasceu de um conceito enraizado na sociedade brasileira e no Congresso Nacional: o atual modelo é injusto e concentrador. E a questão dos “royalties” foi a oportunidade ensejada regimentalmente por um projeto apresentado pelo próprio governo. Vinte e quatro bancadas votaram unanimemente, na Câmara dos Deputados, a favor da emenda que distribui entre todos os Estados e Municípios os royalties incidentes sobre a exploração de petróleo no mar. Os votos divergentes ficaram por conta dos deputados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, mais uns poucos de São Paulo. O grande número de votos favoráveis no plenário expressa o forte sentimento nacional pela ruptura com os modelos concentradores da riqueza comum presentes no sistema tributário nacional e repetidos na legislação dos royalties sem nenhuma justificativa de ordem jurídica, econômica, política ou moral.

**RÉPLICA |** Ainda que o projeto tenha sido aprovado na Câmara, o senhor acredita que a situação possa ser revertida em fa-

vor dos chamados Estados produtores?

**IBSEN |** Não creio que na Casa dos Estados (o Senado), onde o projeto do marco regulatório do petróleo tramita agora, e o Brasil ignorem ou desfaçam uma decisão política tão esmagadoramente adotada pela Casa do Povo (a Câmara dos Deputados). O Rio, o Espírito Santo e 194 municípios perdem receita. Por isso, nos empenhamos em oferecer ao senador Pedro Simon uma sugestão de compensação para eles. Defende a divisão equânime dos royalties para todos os brasileiros e a atualidade, para valer já, e constroi um mecanismo excepcional de transição para que ninguém saia perdendo, bancado pelos recursos da parte dos próprios royalties que cabem à União, mas com o encargo da compensação ficando para as empresas multinacionais do óleo. Abre-se o caminho para a reforma tributária num novo e justo pacto federativo.

**RÉPLICA |** Que avaliação o senhor faz, como deputado federal e procurador de Justiça aposentado, do projeto de lei que pretende responsabilizar membros do MP que ajuizarem ações civis tidas como temerárias ou entendidas como tendentes à promoção pessoal?

**IBSEN |** É uma tentativa de intimidar o Ministério Público para que este não cumpra suas funções constitucionais, a pretexto de excessos que se cometem. Se há excessos, há remédios na legislação em vigor para coibi-los.

## Da Promotoria para o Tribunal de Justiça

Dezenove anos depois de ingressar na Instituição, a promotora de Justiça Laura Louzada Jaccottet trocou em abril o Ministério Público pela vaga de desembargadora do Tribunal de Justiça. Escolhida pela governadora Yeda Crusius em lista tríplice pelo Quinto Constitucional, a primeira promotora-desembargadora do Estado enfrenta um novo desafio na carreira, agora como membro de uma Câmara Especial Cível.

Laura quer aproveitar na função o conhecimento e a bagagem apreendidos ao longo da trajetória nas diferentes comarcas e áreas de atuação. Com a nomeação, a desembargadora projeta uma grande mudança na carreira, mas garante manter a mesma paixão pela atividade em nome da promoção da fraternidade e da Justiça. “A escolha da governadora veio com muita alegria e uma certa surpresa, já que qualquer um dos candidatos seria apto e merecedor. Quero colaborar com os colegas com a vivência que tenho como promotora de Justiça e o contato com a prova e as partes. Acredito que isso é um elemento favorável para oxigenar o processo e soma à Justiça”, avalia.

Natural de Pelotas, casada com o promotor João Hubert Jaccottet Neto e mãe de dois filhos, ela valoriza a trajetória profissional no MP. “O promotor é o primeiro juiz de um processo. É imparcial por excelência. E o Quinto Constitucional tem grande importância para a oxigenação da democracia do país, pois é a porta de entrada para essas diferentes vivências e enfoques. Além do mais, o Tribunal é um colegiado, onde as decisões não são individuais”.

Com endereço e função novos, Laura destaca o significado de atuar com vontade, idealismo e amor ao próximo. Segundo ela, quando se ocupa um cargo do porte de promotor ou magistrado, deve-se, mais ainda, exercitar a fraternidade. “Não se pode deixar qualquer aresta. Precisamos aproveitar ao máximo o que temos para fazer”.



Laura, primeira promotora-desembargadora do Rio Grande do Sul

## Caravana pela Vida uniu voluntários



Uma iniciativa que reuniu promotores de Justiça e voluntários da Fundação Thiago Gonzaga varreu o litoral gaúcho no último verão. Empenhados no compromisso de levar a quem desfrutava do sossego, da brisa e do sol à beira-mar um importante alerta, eles se desdobraram em diversas frentes durante a Caravana Pela Vida. Todos empenhados em mostrar os riscos da associação entre álcool e direção.

Diante de um cenário em que a imprudência ao volante tem interrompido anualmente milhares de vidas, a iniciativa buscou conscientizar jovens e adultos sobre o perigo desse tipo de postura. A ação, que envolveu 150 voluntários, além de promotores de Justiça de diversas comarcas, realizou blitz e abordagens diretas a cerca de 50 mil pessoas.

As mobilizações também ocorreram em bares, dance-terias e empresas. Por meio de conversa e da distribuição de folders, camisetas e outros materiais, a Fundação Thiago Gonzaga e membros do Ministério Público buscaram adesões à luta contra este tipo de comportamento. Reportagens e notícias também circularam pelos meios de comunicação. Segundo a presidente da Fundação, Diza Gonzaga, a união com a AMP/RS e os membros do Ministério Público reforça a credibilidade da campanha. O presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, para quem a legislação para crimes de trânsito é frágil quanto à punição dos infratores, entende que a prevenção é a melhor forma de reduzir mortes e acidentes.



## AMP/RS também está no twitter

Característica da diretoria da AMP/RS, a utilização de diferentes ferramentas de comunicação com seus públicos segue em permanente atualização. A novidade, agora, é a presença da Associação no twitter, nova febre mundial da internet. Pelo twitter, a entidade vem procurando dar mais visibilidade e transparência às ações e posições da classe em relação a diferentes assuntos ligados à carreira ou à instituição do Ministério Público. Esse novo canal é uma alternativa moderna e eficaz, principalmente, no contato com a imprensa, além de buscar seguidores interessados no que ocorre junto ao meio jurídico e ao MP gaúcho. Para acompanhar as notícias, basta digitar o endereço eletrônico [www.twitter.com/amp\\_rs](http://www.twitter.com/amp_rs).

# Longo caminho para o reajuste dos subsídios

Ações estratégicas da Associação e amadurecimento da classe marcaram as negociações para aprovação de projeto

A campanha que elevou em 8,8% os subsídios do Ministério Público gaúcho exigiu determinação e diplomacia por parte de seus membros para conquistar apoios importantes no Legislativo. Em setembro de 2009, o presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, procurou o então presidente da Ajuris, Carlos Marchionatti, e a procuradora-geral, Simone Mariano da Rocha, para mostrar a necessidade de que as instituições atuassem juntas e articuladas para obter a aprovação dos anteprojetos encaminhados ao Parlamento.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Nelson Marchezan Jr. estava disposto a emperrar o encaminhamento das votações. O deputado Francisco Appio, relator do projeto de reajuste do MP, emitiu parecer favorável. Com isso, forçou a avaliação das demandas do Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, que haviam ficado sob a responsabilidade de Marchezan. A votação na CCJ foi favorável.

Superada esta fase, a tramitação iria para a Comissão de Finanças, presidida por Marchezan, e novamente seria barrada. Instado pela AMP/RS, o deputado Adolfo Brito se dispôs a evocar o artigo 63 da Constituição Estadual, fazendo com que o projeto fosse encaminhado diretamente ao Plenário e votado, necessário acordo de todas as bancadas. O resultado final foi a recompensa pelo esforço coletivo, avalia Dornelles.

Conforme o dirigente, outro aspecto que pesou favoravelmente à aprovação foi o amadurecimento da classe em relação ao processo anterior,



ainda na gestão do presidente Miguel Bandeira Pereira. “Os desgastes internos que enfrentamos nos fizeram crescer. Desta vez, a entidade de classe conseguiu trabalhar com mais tranquilidade e articular uma negociação eficiente na Assembleia”.

Dornelles lembra ainda a participação dos membros do MP na Capital e no Interior para superar o impasse criado a partir do momento em que o PT vinculou a votação em Plenário ao reajuste salarial ao Magistério e à Brigada Militar. “Naquele momento, enviei e-mails para os colegas da classe, pedindo que todos buscassem contatos em suas bases para conseguirmos avançar. Houve quem entendesse que a inexperiência dos mais jovens atrapalharia. Discordamos disso e funcionou muito bem. Foi importante a participação dos colegas para que chegássemos ao resultado pretendido”.



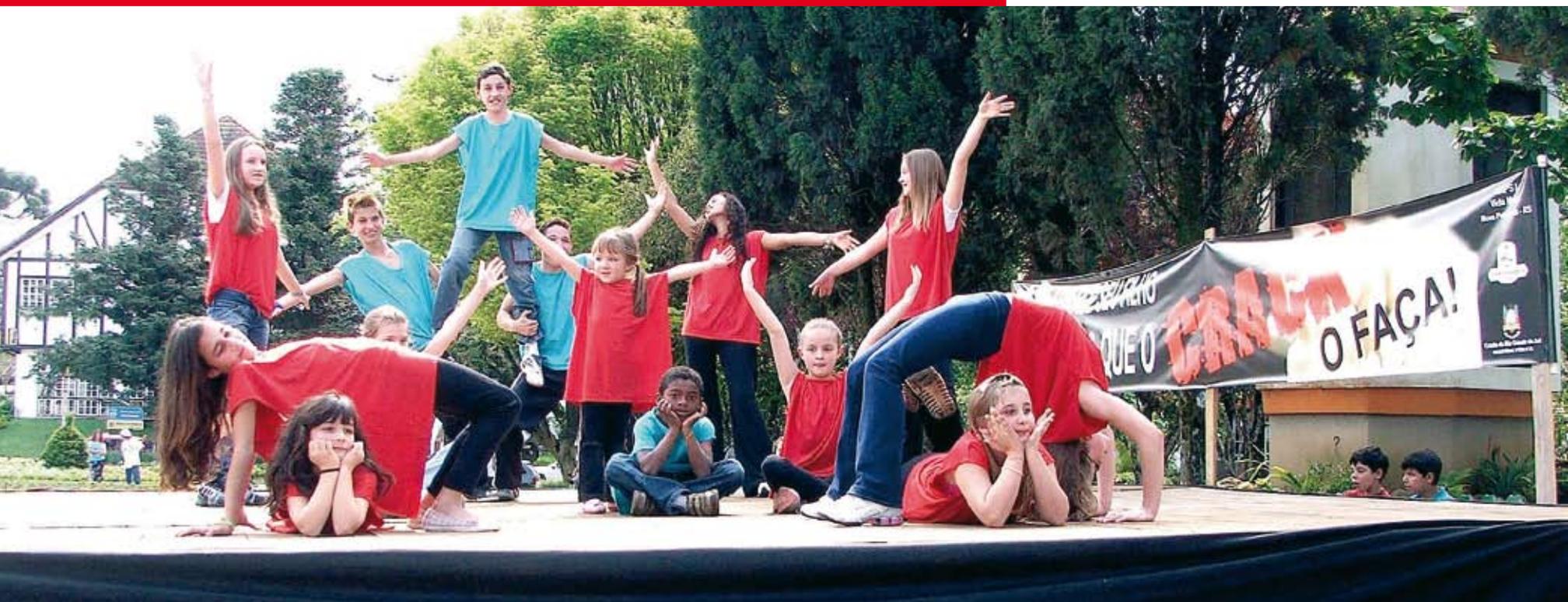
## Almoços reúnem aposentados e pensionistas

Seguindo a tradição dos últimos anos, a diretoria da AMP/RS sempre promove na última quinta-feira de cada mês um almoço na sede campestre, para confraternizar com aposentados e pensionistas. Além de criar a oportunidade de reencontrar os colegas e amigos e saborear um cardápio saboroso, o evento tem por objetivo manter os associados sempre informados acerca de todas as questões importantes referentes à Instituição. Temas ligados à remuneração e à previdência são levados a discussão sistematicamente pelo vice-presidente de aposentados, Antônio Carlos Hornung. “É fundamental manter essa relação estreita e transparente com os colegas aposentados e pensionistas. Todos devem ter ciência das questões que dizem respeito ao nosso futuro”, afirma Hornung.



# Campanha de combate ao crack faz aniversário

Dezenas de iniciativas foram desencadeadas por todo o Estado a partir da semente lançada pela AMP/RS



Há um ano, no dia 14 de maio, a campanha Crack – Ignorar é seu vício? foi lançada pela Associação do Ministério Público. O objetivo era unir as instituições e a sociedade no combate a essa verdadeira epidemia social que atinge jovens, adultos e até crianças, destroi famílias, e acaba com a paz das comunidades onde se instala e se dissemina como uma praga.

Antes do lançamento da campanha, a AMP/RS foi buscar em casa os elementos que nortearam todo o projeto. “Ouvimos nossos associados que, mesmo atuando em diferentes regiões do Estado, tinham um inimigo em comum: o crack”, conta o presidente da Associação, Marcelo Dornelles.

“Ouvimos os associados, que, mesmo atuando em diferentes regiões do Estado, tinham um inimigo em comum: o crack.”

Os relatos dos colegas, aliados à função da entidade como agente político capaz de aglutinar esforços no fortalecimento da Instituição e da função dos membros do MP, motivaram a diretoria da AMP/RS a lançar a campanha. “Quando o Marcelo me falou da campanha, contando que a entidade daria suporte a todos os promotores que quisessem se engajar nesta luta, eu pensei: é isso que preciso fazer na minha comunidade. Voltei pra casa e, junto à equipe da Promotoria,

montei o projeto São Gabriel contra o Crime”, revela a promotora de São Gabriel, Ivana Machado Battaglin.

Nestes 12 meses de trabalho a entidade visitou mais de 40 cidades no interior do Estado, atingindo diretamente mais de 20 mil pessoas, além de levar o projeto à Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), que adotará a campanha como bandeira este ano. O lançamento ocorrerá no segundo semestre, em Brasília. Também em 2010, de 7 a 9 de julho, acontecerá o Congresso Internacional Crack e Outras Drogas – um debate social que se impõe (veja matéria na página 8).

## Alguns frutos

A partir do lançamento das campanhas da AMP/RS e da RBS contra o crack, muitas outras instituições aderiram ao chamado e lançaram seus projetos de enfrentamento ao problema, provocando uma onda de mobilização nas comunidades. Atuando de maneiras diferentes, as iniciativas cumpriram uma função fundamental: colocar o assunto na pauta, seja em encontros escolares, grupo de pais, atividades de redes sociais ou até mesmo em roda de amigos.

Em todas as comarcas visitadas pela AMP, ações e projetos foram desenvolvidos. A seguir veja alguns exemplos desenvolvidos em cidades de diferentes regiões do Estado. Você pode conferir mais informações e atividades promovidas em outros municípios que tiveram a participação do Ministério Público no site [www.amprs.org.br/crack](http://www.amprs.org.br/crack).

## Nova Petrópolis

Um programa que vai ao ar todo sábado na Rádio Imperial de Nova Petrópolis é uma das formas de comunicação do grupo de trabalho que decidiu, em outubro de 2009, começar uma luta contra as drogas no município. Uma vez por mês a promotora Tânia Hendges Bitencourt reúne os secretários municipais, representantes do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPs), da Associação Comercial e Industrial e a equipe ecumênica da cidade para definir ações da campanha Abraça seu Filho antes que o Crack o Faça. “Aqui, estamos trabalhando efetivamente com prevenção ao crack, pois o número de usuários que acessam a rede pública ainda é pequeno”, conta a promotora. Ela destaca o envolvimento da comunidade nas atividades da campanha.

## São Gabriel

Um das primeiras cidades visitadas pela campanha, São Gabriel, mantém a ideia central do projeto: unir esforços para atacar os principais problemas sociais. É o trabalho em rede. “Logo que a Associação lançou a campanha de combate ao crack, vivíamos um clima de muita insegurança em São Gabriel, a comunidade estava assustada. Por isso resolvemos unir esforços com a Brigada Militar e a Polícia Civil para fazer ações de repressão. O resultado foi imediato”, conta a promotora Ivana Machado Battaglin. A Promotoria, em parceria com a AMP/RS, promoveu atividades de prevenção, como palestras e caminhadas contra o crack. “Hoje a comunidade está mobilizada e sabe aonde ir para buscar ajuda ou levar ideias para combater a violência e a exclusão social”.



## São Sepé

A Promotoria de Justiça de São Sepé aderiu à campanha da AMP/RS, desenvolvendo atividades e mobilizando a comunidade contra a droga. São Sepé recebeu a palestra de mobilização com o comunicador Manoel Soares e reuniu mais de mil crianças e adolescentes. Foram elaborados adesivos, banners e um DVD com reportagens sobre o crack, incentivando a comunidade a agir. A campanha Crack – Ignorar não é nosso vício! foi acolhida por instituições locais, como prefeitura, Brigada Militar, Polícia Civil, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar. A Promotoria firmou termo de compromisso com o Jornal A Palavra para fomentar e promover eventos e ações ligados à campanha, conta a promotora Cíntia Foster.

## Carazinho



O trabalho da promotora Clarissa Simões Machado no combate à drogadição e na proteção à infância em Carazinho se tornou referência no Estado. Por isso, a Associação levou a promotora para falar em outras comarcas sobre ações desenvolvidas no município onde atua. A mobilização da comunidade é o principal suporte do MP em Carazinho. É com recursos de empresários e pessoas físicas que funciona desde 2007 o Programa Yacamin. A iniciativa atende crianças e adolescentes entre seis e 17 anos. “A essência do trabalho consiste na ocupação do tempo ocioso de jovens em situação de risco com diferentes oficinas”, resume a promotora. Na área do tratamento de dependentes, a meta é ampliar a Unidade Psiquiátrica do Hospital de Caridade de Carazinho.

## São Sebastião do Caí

Criar o Conselho Municipal Antidrogas foi uma das medidas de São Sebastião do Caí para enfrentar o problema. Da união de órgãos públicos e a comunidade nasceram projetos como o “Caí, fora do crack”. O Ministério Público, através do promotor Charles Emil Martins, foi protagonista desta e de outras iniciativas. O projeto Pai? - Presente!, da ONG Brasil Sem grades, tenta mobilizar a sociedade para combater drogadição, evasão escolar, delinquência juvenil e comportamentos antisociais, mostrando a importância da figura paterna no desenvolvimento da criança e do adolescente. Um termo de cooperação foi firmado, formalizando convênio entre o MP, a Defensoria Pública, o Município, o Hospital Sagrada Família, e o Cartório de Registros da cidade.

## Rio Grande

Há três anos a comunidade rio-grandina se empenha no enfrentamento ao crack. O grande número de crimes e desajustes familiares ligados ao consumo da droga despertou a atenção do município, das polícias, da Promotoria de Justiça e de entidades locais. A cidade se articulou em redes para debater o problema, buscar alternativas e implantar ações para proteger crianças e adolescentes do contato com a pedra e seus desdobramentos. Reuniões regulares são realizadas entre membros de diferentes segmentos da sociedade para alinhar o trabalho. A ação mais recente é o programa Sabendo Orientar com Liberdade (SOL), que une a sociedade e o Poder Público em visitas a escolas para falar sobre cidadania e autoestima, diz a promotora Luciara Robe da Silveira Pereira.



## Porto Alegre será sede do primeiro congresso internacional sobre crack

O I Congresso Internacional Crack e outras Drogas, que acontecerá de 7 a 9 de julho, no Salão de Atos da UFRGS, em Porto Alegre, foi lançado em 24 de maio. O evento, promovido pela AMP/RS e UFRGS, com apoio da RBS, visa a promover o debate técnico e a troca de conhecimentos sobre o tema. O formato contempla três conferências, três painéis e 15 oficinas que debaterão prevenção, tratamento e redução de oferta. No final, será redigida a Carta de Porto Alegre, com sugestões dos debatedores nas três áreas que envolvem o problema.

O ministro do STF Gilmar Mendes fará a conferência de abertura, no dia 7. Outros destaques são o mexicano Ricardo Sanchez Huesca, diretor de Investigação e Ensino do Centro de Integração Juvenil daquele país, e Rúbén Darío Ramírez, do Centro de Estudo e Análise em Convivência e Segurança Cidadã da Colômbia. O deputado federal Vieira da Cunha será um dos debatedores.

Os três eixos principais serão debatidos por painelistas convidados. As políticas públicas na área de prevenção serão temas do primeiro painel, dia 7, do qual participam o secretário executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Ronaldo Teixeira, e o jornalista e escritor Fernando Rossetti. A RBS apresentará sua campanha com objetivo de discutir o papel da comunicação na prevenção às drogas. No dia 8, o tema será o tratamento, com o diretor do Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas da UFRGS, Flávio Pechansky, a pesquisadora do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Solange Nappo, e o psiquiatra mexicano Javier Lugleós Cano. O último painel será redução da oferta e reunirá os procuradores de Justiça Lênio Streck e Cláudio Barros Silva, além do coordenador-geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, Oslain Campos Santana.

No dia 21 de junho, comerciais de rádio, TV e jornal começaram a ser veiculados na TVCOM, na Zero Hora, no Diário Gaúcho e nas rádios da RBS.



### PROGRAMAÇÃO

#### 1º DIA - 07 DE JULHO - QUARTA-FEIRA

- 08h Abertura
- 09h Conferência de abertura: Gilmar Ferreira Mendes (STF)
- 10h Divulgação de pesquisa: Flávio Pechansky
- 10h30 Painel de Prevenção: Ronaldo Teixeira da Silva e Fernando Rossetti

#### OFICINAS DE PREVENÇÃO

- Prevenção e escola
- A Redução de Danos como estratégia de prevenção
- Prevenção e Mídia
- Prevenção, Movimentos Culturais e Comunidade
- Políticas Públicas de enfrentamento às drogas no Brasil e no México

#### 2º DIA - 08 DE JULHO - QUINTA-FEIRA

- 09h Conferência: Eduardo Kalina (Argentina)
- 10h30 Painel de Tratamento: Flávio Pechansky, Javier Lugleós Cano e Solange Aparecida Nappo
- 14h Oficinas
- 18h30 "Case" mundial Bogotá/Colômbia Rúbén Darío Ramírez

#### OFICINAS DE TRATAMENTO

- Comunidades Terapêuticas
- Tratamento Psicossocial: aspectos técnicos e científicos
- Redes de Atenção
- Reinserção social

#### 3º DIA - 09 DE JULHO - SEXTA-FEIRA

- 09h Conferência: Ricardo Sanchez Huesca (México)
- 10h30 Painel de Redução: Lênio Luis Streck, Oslain Campos Santana e Cláudio Barros Silva
- 14h Oficinas

#### OFICINAS DE REDUÇÃO

- Justiça e legislação
- Atuação Policial
- Entrada e circulação de drogas no Brasil
- Aspectos gerais na redução da oferta
- Dificuldades na redução da oferta

\* A participação no Congresso será válida como 20 horas de atividades acadêmicas complementares



## ●● A Conamp precisa dialogar mais com seu público ●●

César Bechara Nader Mattar Jr

Um libanês de 41 anos comanda, desde março, a entidade que congrega os membros do Ministério Público de todo o país. Nascido em Beirute, o promotor de Justiça César Bechara Nader Mattar Jr. veio ainda jovem para o Brasil e se instalou com a família no Pará. Antes de chegar à presidência do Conamp, Mattar esteve à frente da Associação do MP naquele Estado por dois mandatos. E agora, com a experiência de 15 anos de serviços prestados à Instituição, pretende imprimir um ritmo de trabalho com foco no público interno, sem perder a força que fez da entidade nacional uma referência na luta e na defesa dos interesses da classe. Nesta entrevista, o novo presidente da Conamp aborda questões como os principais desafios dos Ministérios Públicos, os méritos, as falhas e uma série de temas que dizem respeito diretamente à carreira.

**RÉPLICA** | Quais os principais desafios desta gestão que se inicia?

**CÉSAR BECHARA MATTAR JR.** | O Ministério Público, para firmar-se como instituição essencial ao regime democrático e à tutela dos mais relevantes interesses sociais, atravessou momentos delicados, desafio esse capitaneado notadamente pelas gerações que lutaram com êxito pelas garantias e prerrogativas institucionais, como as que concebemos hoje. O período ora vivenciado, de reafirmação e de manutenção das conquistas, não é diferente, em especial porque são elas almejadas, de forma legítima ou não, por outras categorias, circunstância que finda por colocar em xeque de forma imprópria todo o arcabouço legislativo e constitucional pertinente ao MP.

**RÉPLICA** | Que perfil o senhor pretende imprimir ao seu mandato à frente da entidade nacional?

**MATTAR** | A Conamp é uma entidade forte e conhecida nacionalmente por sua atuação política e classista ostensiva desenhada ao longo de 39 anos de lutas. Todos os que por ela passaram, a seu tempo e modo, contribuíram para a edificação dessa obra. Seremos agora, todos os que fazem a associação nacional neste momento, parte dessa engrenagem, uma engrenagem que deve dialogar, que precisa se mostrar mais eficazmente para o público interno e que deve funcionar como fator de redução dos conflitos na instituição ministerial, hoje tão afligida pela política fratricida que se instalou.

**RÉPLICA** | Como o senhor analisa os sucessivos ataques protagonizados pelo Legislativo e até mesmo pelo STF contra o Ministério Público e seus membros?

**MATTAR** | Os ataques são decorrentes da atuação implacável dos membros do Ministério Público, em especial no combate à corrupção, que alcançou níveis de insustentabilidade, sendo

certo que tais assaques não partem de poderes ou de instituições, mas de parcelas deles, privilegiadas pela improbidade administrativa e que insistem em caminhar na contra-corrente da história, preferindo permanecer surdas ao clamor das ruas e cegas às mazelas ocasionadas por seus atos. Percamos mil vezes o apoio dos ímprobos, mas jamais o da sociedade que nos legitima.

**RÉPLICA** | Qual sua opinião sobre a discussão em torno da democratização dos cargos no MP, como a abertura para que promotores possam chegar ao Conselho Superior do Ministério Público ou mesmo à Procuradoria-Geral de Justiça nos Estados.

**MATTAR** | Das 27 unidades federadas (26 Estados e o Distrito Federal), apenas sete ainda preservam a “reserva de mercado” aos membros da segunda instância. Pernambuco teve o último Ministério Público a reconhecer a legitimidade para todos os membros concorrerem, na forma do há muito preconizado pela Constituição Federal, com ressalte para o fato de que dois outros Estados caminham a passos largos no sentido de ceder espaço à democracia plena. Frise-se, posto oportuno, que, nos Estados onde o acesso pleno está há tempos sedimentado, não se perquire sobre a instância de atuação deste ou daquele membro. Cumpridos os requisitos, estabelece-se quem tem méritos e força política. Como defensores intransigentes do regime democrático, outra não deve ser a bandeira. E não se argumente aqui com a frágil alegação da juventude, quando sabe-se que muitos são guindados à atuação na segunda instância ainda mais novos que outros que permanecem no primeiro grau. Esse argumento não mais se sustenta. No mesmo sentido, quem pode ocupar cargo de alçada superior, por óbvio vê-se habilitado aos demais, tanto nos Conselhos Superiores, como agora nas Corregedorias, já que o paradigma foi quebrado com galardão.

## Uma paixão, um tombo e o recomeço

Procurador de Justiça Antônio Cezar Lima da Fonseca relembra em livro acidente de moto que quase o levou à morte

Uma experiência malsucedida, um acidente grave, o socorro e a solidariedade dos amigos. Essa sucessão de episódios, ocorridos no começo de 2007, acabou levando o procurador de Justiça Antônio Cezar Lima da Fonseca, 54 anos, a produzir o que ele mesmo classifica de um agradecimento em

forma de livro. Em 78 páginas, *De Moto numa Fria - de como fui tombar na cordilheira* - resume a paixão de Fonseca por motocicletas, o prazer dos passeios e as consequências do encontro inesperado com um caminhão em plena Cordilheira dos Andes, no Chile.

Por meio do livro, Fonseca relembra o susto, a morte de um colega de estrada e o drama pelo qual passou. A recuperação lenta

e difícil e o fim da carreira sobre duas rodas deixaram-lhe outra lição: a de dar ainda mais valor à vida, à família e aos amigos. "Sempre que o serviço permitia, eu viajava. Quando não podia viajar, entre um processo e outro, eu dava um passeio na cidade para recarregar o espírito e ver se o processo não tinha outra solução que não havia visto", conta o procurador.



## Aprovado pagamento da PAE

O Órgão Especial do Colégio de Procuradores aprovou, no final de maio, a viabilidade do futuro pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) aos membros do Ministério Público gaúcho. A questão foi alvo de fortes ataques e chegou a ser discutida nos meios de comunicação. Apesar das críticas, a AMP/RS se posicionou de forma transparente e empenhada na defesa dos interesses associativos.

O requerimento da PAE foi feito pela AMP em novembro de 2009 e agora aguarda resolução da PGJ e viabilidade orçamentária. Na mesma esteira, recentemente a AMP fez requerimento administrativo com base na Unidade Nacional, buscando equivalência de direitos remuneratórios ao Ministério Público Federal em virtude do atraso na fixação do subsídio no Rio Grande do Sul.



## Júri, sagrado e soberano

Cláudio Brito\*

Há quem diga ser um exagero meu. Aparentar a falibilidade humana para desprestigiarem uma instituição vencida pelo tempo. Vozes de oposição gritarão contra o Júri, mera teatralização da Justiça. Calarão quando tratarmos de erros judiciários. O maior deles cometido pela toga e não pelo povo.

Minas Gerais, Araguari, década de 30, sob o Estado Novo de Getúlio Vargas. Duas vezes os jurados absolveram Joaquim e Sebastião Naves, acusados de terem assassinado Benedito Pereira Caetano. Sob tortura, confessaram. Os jurados não se deixaram levar pelo inquérito forjado e os absolveram. Depois de um dos julgamentos populares, sob a égide da Constituição de 1937, em que, pelo silêncio quanto ao Júri, entendeu-se terminada sua soberania, os desembargadores mineiros julgaram a apelação da acusação em desfavor dos réus, condenando-os. Ora, se o Júri deixara de ser soberano, que se invertesse a decisão. Condenados, cumpriram pena até que ressurgisse, viva, a pretensa vítima. O advogado João Alamy Filho escreveu um livro que Jean-Claude Bernardet e Luiz Sérgio Person transformaram em roteiro de um dos mais importantes filmes do chamado Cinema Novo brasileiro.

O Caso dos Irmãos Naves é prova da inatacabilidade que deve cercar a soberania do Júri. Indica-me a sacralização que, confessadamente, dedico ao Tribunal Popular. Como diz João Alamy: o Júri absolveu os acusados. Não teria faltado quem criticasse a benevolência dos jurados e pedisse a abolição do Tribunal Popular ou a pena de morte. Andam juntos os que pretendem a pena capital e o fim do Júri.

Julgar sob juramento de só dar ouvidos à consciência é ato sagrado, tem a proteção de Deus. Conhecemos a maior injustiça praticada em nosso país por doutos e muito bem informados juízes togados. Então, não é por serem falíveis que os homens do povo não deverão julgar seus pares. Sustento que o Júri seja aperfeiçoado tanto quanto precise, mas não se ponha em debate sua soberania.

Aplaudo e espero desde agora o encontro dos Promotores do Júri em Gramado, como evento associado ao próximo Congresso Estadual, boa oportunidade para o debate de propostas de aperfeiçoamento da Instituição do Júri, tribunal sagrado e soberano. Após três décadas perante os jurados gaúchos, não conheço erro que tenham cometido. Sempre me curvei ante suas decisões, nunca ofereci apelação aos veredictos. Soberania não admite reexame. Meu modesto entendimento, citado e albergado por Tourinho Filho em seu Código de Processo Penal Comentado, edição de 1998, que guardo como um troféu.

\* Promotor de Justiça aposentado e jornalista

# Rincão da Porta

Mário Cavalheiro Lisbôa

Morri há alguns meses. E, ao morrer, aprendi que os familiares sofrem muito mais do que o moribundo. Lamento haver chegado à referida conclusão quando não tinha mais condições de consolar meus entes queridos. Coitados. Sabendo o que hoje sei, faria o possível para deixá-los menos angustiados. O certo é que, algum tempo após minha morte, fui percebendo o valor da infância para um morto. Quanto mais me distanciava da vida, mais me aproximava da infância. Com insistência, passei a lembrar os primeiros anos de minha vida, transcorridos numa casinha perdida lá no Rincão da Porta. Oh, que tempo bom foi aquele. Embaixo da casa, havia um porão, onde eu e minha irmã construimos a venda de brinquedo. Era feita com caixotes de madeira e papelão. Tínhamos arroz, feijão, milho, tudo em latinhas de marmelada. Os tecidos, retirados de um baú de retalhos da mãe, mantínhamos enrolados em ripas de madeira. Os pedaços de fumo-de-corda ficavam sobre o balcão. A balança era de verdade, uma que havia lá em casa, tinha pesos e tudo, dois pratos e dois bicos de jacaré, acho que era jacaré aquilo, que acertavam o peso de um prato com o outro. Sentávamos em banquinhos de três pernas que subtraímos do galpão.

Num dia, minha irmã era a dona da venda e eu o freguês, no outro dia era o contrário. As compras, enrolávamos em papéis de embrulho que pegávamos na cozinha. Coisa difícil enrolar feijão e arroz naqueles papéis, eram quadrados. Manipulava-se o papel com três dedos em cada lado, em direção às pontas. Nas vendas de verdade, o que mais nos encantava era ver a destreza do bodegueiro ao fazer referidos embrulhos. Quando lá em casa aparecia alguma visita com crianças, ficávamos realizados. As crianças visitantes eram as freguesas: eu e minha irmã, os donos da venda. Nestas ocasiões, exibíamos nossa habilidade em pesar e em-

brulhar os pacotes de mantimentos. Minha irmã colocava também bonecas e outros brinquedos seus nas prateleiras da venda. Eu colocava carrinhos e bolas de gude. Mas a comercialização era apenas de brincadeira, é claro. Nenhum produto era retirado dali. E tinha até dinheiro. Com muita paciência, utilizando pedaços de papéis de ofício, falsificávamos notas de diversos valores. Nas transações, sempre obtínhamos bom lucro. Éramos prósperos comerciantes.

Havia também a figueira, ficava na frente da casa, era uma árvore enorme que espalhava galhos horizontais para todos os lados. Quantas vezes, depois de fazermos alguma arte, corríamos da mãe e subíamos na figueira. A mãe xingava-nos lá de baixo, dizia que não poderíamos ficar nos galhos a vida toda, essas coisas. Mas não era apenas para fugirmos da mãe que subíamos na figueira. Subíamos porque era agradável ficar lá, tão aconchegante, tão fora do mundo. Gostávamos também de ir até o lago, procurar sapos que habitavam as margens, molhar os pés na água. Tudo isso escondido, é claro, pois havia severa proibição de nos aproximarmos do lago. Ah, se a mãe soubesse quantas vezes infringimos tal proibição.

Na adolescência, saí do Rincão da Porta e nunca mais voltei. Alguns anos antes de morrer, deu-me imensa vontade de voltar lá, rever a casa, o porão, a figueira, o lago. Havia notícia de que estaria tudo como antes. Quem poderia levar-me era meu genro, o único na família que possuía carro. Não pedi ostensivamente, é claro, mas dei várias indiretas, principalmente para minha filha. O genro sempre dizia que sim, que qualquer fim de semana. O tempo foi passando, um dia uma coisa, outro dia outra; a chuva, às vezes; as estradas ruins. Fui morrendo aos poucos, triste por não ter feito a viagem, uma lacuna grande que não sei bem como definir. Hoje, vago com o vento minuíano à procura do Rincão da Porta.



Quantas vezes, depois de fazermos alguma arte, corríamos da mãe e subíamos na figueira



# Trabalho com prazer

Foram muitos os momentos importantes vivenciados pela AMP/RS nesses primeiros meses do ano. Parcerias históricas, como a união de esforços com a Fundação Thiago Gonzaga, no verão, difundindo pelo Litoral a campanha contra a associação de bebidas alcoólicas e direção, as festividades de

Páscoa, os debates construtivos nos núcleos e a interlocução com o meio político marcaram algumas dessas etapas.

Neste espaço, tradicionalmente reservado a mostrar destaques na atuação dos associados e da entidade, confira flashes de compromissos

e situações marcantes protagonizados por membros da classe no primeiro semestre de 2010. Foram experiências que marcaram a dinâmica de ações e o compromisso de nossa entidade e de seus associados junto às questões da comunidade e da política do nosso Estado.

